

A difícil obrigação de educar

Maria Clara R. M. do Prado



Nem todos estão satisfeitos. Os professores, com certeza, enquadram-se no grupo dos mais descontentes.

Um piso salarial de R\$ 300,14 (o equivalente a US\$ 270) por 20 horas semanais

não é o que se poderia chamar de uma remuneração satisfatória. Esse é o salário básico de um professor da rede pública do ensino fundamental de Minas Gerais. E, apesar de baixo, está entre os mais altos do País.

“É pouco, mas não se pode pagar mais do que isso”, reconheceu para esta coluna o vice-governador e secretário de Planejamento do Estado de Minas Gerais, Walfrido Mares Guia.

Ele fez rapidamente a conta. O PIB mineiro corresponde a US\$ 72 bilhões, resultado do esforço de 7 milhões de trabalhadores dos setores público e privado.

Grosso modo, e supondo que todo o PIB fosse usado para remunerar apenas o fator trabalho (desconsiderando portanto a remuneração do capital), cada trabalhador mineiro receberia em média R\$ 10 mil por ano. Considerando treze salários por ano, o resultado seria de R\$ 800,00 por mês.

O salário médio mensal por trabalhador não passaria de R\$ 500,00, nas contas de

Mares Guia, para uma jornada diária de oito horas. Isso tudo, que esteja claro, dentro de um cenário de suposições que toma por base o PIB de uma economia onde não há empresários. A realidade salarial de Minas Gerais, portanto, tem tudo para ser bem pior do que aponta o exercício do vice-governador.

São de todo modo números que revelam o estado de pobreza do País.

Não é difícil encontrar na feira de antiguidades que se realiza aos sábados, em Belo Horizonte, um professor da rede pública de segundo grau oferecendo por R\$ 10,00 ou R\$ 15,00 exemplares de antigas edições de jornais e revistas brasileiros. É uma forma de ganhar alguns trocados para complementar o salário de R\$ 420,00 por mês.

A dificuldade em pagar melhor o professor da rede pública tem ligação direta com a situação precária das finanças do estado.

O orçamento prevê para 1998 despesa bruta de R\$ 8 bilhões — representando aumento de 12% sobre o ano anterior — da qual nada mais nada menos do que R\$ 5,9 bilhões serão gastos com pessoal (já incluindo o 13º salário) ativo e inativo.

A bananosa é a mesma: cada vez que os funcionários ativos têm aumento o acréscimo tem de ser imediatamente repassado para o salário dos inativos. São 131 mil funcionários públicos das três esferas de governo em Minas Gerais que vão absorver neste ano cerca de R\$ 2,3 bilhões em aposentadorias. O valor vai comer mais de um terço da receita líquida do estado, estimada em torno de R\$ 6 bilhões.

Surpreendente, portanto, é que Minas tenha conseguido destacar-se no campo da educação, a despeito de toda a restrição orçamentária. Somando salário, outros custos e investimentos, o governo mineiro destina hoje à educação 45% do recursos do orçamento, sendo que apenas 1% vai para o ensino superior.

O avanço na área é de fato incontestável. Vem servindo de exemplo não apenas para outros estados mas para o próprio governo federal. Mas não surgiu agora.

Tudo começou em 1991, no governo Helio Garcia. O secretário de Educação era Walfrido Mares Guia. Diz que teve carta branca para acabar com a ingerência política que tornava cada cadeira de diretor de escola um alvo para a prática do clientelismo.

Os nomeações dos diretores não tinham nada a ver com capacitação e experiência. Brotavam dos interesses políticos locais.

Em cem dias de governo Garcia, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei criando o processo de seleção competitiva interna.

Os candidatos à vaga de diretor de escola passaram a ter de prestar exame por escrito. Na segunda etapa, até três candidatos são submetidos a uma sabatina por pais, professores, alunos e funcionários da escola, reunidos em assembleia. A decisão final é tomada por votação.

O esquema deixou de ser clientelista para

ser democrático, com a participação direta da comunidade na decisão.

“Tinha deputado que indicava até 400 diretores de escola em função do número de cidades em que era majoritário, uma verdadeira indecência”, diz Mares Guia.

Aquilo que parecia um ovo de Colombo foi a pedra de toque para a mudança radical nas 6 mil escolas do estado, abrangendo mais de 3 milhões de alunos.

Não bastava, porém, ter um critério civilizado de seleção de diretores. Era preciso dar autonomia às escolas para decidirem onde gastar a verba que lhes cabia.

Criou-se então o colegiado escolar. Composto por seis pais ou alunos e por seis professores ou

funcionários da escola, ele tem poder deliberativo para assuntos de ordem financeira, administrativa e pedagógica.

Instalou-se, paralelamente, o plano de desenvolvimento da escola com três preocupações: cuidar das instalações da escola, dos alunos carentes e do projeto pedagógico para não deixar cair a qualidade do ensino.

Mas Walfrido, um engenheiro dedicado à matemática e ao cálculo, que sempre teve um forte pé na área educacional (no quinto ano da universidade, fundou o colégio Pitágoras em Belo Horizonte, que hoje tem 100 mil alunos), sabia que aquilo não bastava.

Era preciso melhorar o nível de capacitação dos professores da rede pública.

Com o apoio do Banco Mundial, introduziu-se um programa de treinamento para professores da 1ª à 4ª séries.

“De três em três anos temos de rodar todos os professores em aulas de treinamento porque senão pode acontecer como com a Iugoslávia, acaba e ninguém fica sabendo”, comenta Mares Guia.

As escolas receberam bibliotecas, TV, videocassetes e computadores. Não bastava. “Mesmo fazendo tudo isso nós não ganharíamos a guerra”, diz. É que faltava avaliar o ensino. Isso começou em 1992, quando todos os alunos da 3ª série foram submetidos à primeira avaliação. O resultado chocou. De lá para cá, fez-se o possível para colocar Minas na dianteira da educação.

Em 1991, menos de 80 mil alunos da rede pública conseguiam concluir o primeiro grau. Havia apenas 300 mil vagas (sendo 100 mil da rede privada) nas três séries do ensino de segundo grau.

No ano passado, 270 mil alunos concluíram o 1º grau na rede pública.

O desafio agora é investir no segundo grau. Espera-se que 1 milhão e 100 mil alunos estejam matriculados nas três séries do curso secundário em 2001, em Minas. Terá sido um crescimento fabuloso, de quase 300% em apenas onze anos.

Esse é o horizonte mínimo de tempo para que o investimento em educação comece a dar resultado. Antes disso, nenhum avanço poderá ser dado como definitivo.

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)

A meta em Minas Gerais é ter 1,1 milhão de alunos matriculados no ensino de 2º grau no ano 2001